

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

Uma nova perspectiva latino-americana?.

Matheus Silveira Guimarães.

Cita:

Matheus Silveira Guimarães (2009). *Uma nova perspectiva latino-americana?.* XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/1047>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Uma nova perspectiva latino-americana?

Matheus Silveira Guimarães¹

Introdução

A história da América Latina pós-colombiana pode ser tranquilamente caracterizada por sua exploração. Desde os primeiros dias em que os europeus puseram os pés em terras do Novo Mundo, iniciou-se um processo de extração de todas as riquezas materiais possíveis do território. O cenário econômico do período exigia tal atitude da parte dos colonizadores. Durante séculos, a América Latina foi responsável pela acumulação primitiva do capital feita pela Europa que promoverá o desenvolvimento industrial, gerando uma das revoluções mais importantes dos últimos séculos.

A emancipação política dos países latino-americanos aconteceu no século XIX, mas a dependência econômica continuou. Algumas potências econômicas, principalmente a Inglaterra, ainda tiveram grande influência sobre os países latinos da América. Os Estados Unidos, com o tempo, tornou-se uma grande potência regional, tendo força política e econômica sobre o continente. Mais tarde, no século XX, a dependência latino-americana chegou a um ponto tal que chegou a endividar demasiadamente os países da região, causando uma grande crise, a chamada “crise da dívida”. Uma solução encontrada para esta foi a aplicação de medidas que mais tarde

¹ Graduando em Relações Internacionais pela Universidade Estadual da Paraíba e em História pela Universidade Federal da Paraíba. <guimaraesmatheuss@gmail.com>

seriam chamadas de neoliberais. Tais medidas acabaram por promover uma série de mudanças sociais e políticas no continente.

Diante do contexto acima descrito – em linhas gerais –, percebe-se o surgimento de lideranças políticas em vários países da América Latina que se autodenominam ou, pelo menos, possuem um passado considerado de esquerda e de oposição ao cenário neoliberal. Porém, até que ponto esse fenômeno pode ser fruto da dependência latino-americana? Há o surgimento de uma contra-hegemonia em relação à potência norte-americana? Quais as principais características dessa possível contra-hegemonia? Este trabalho pretende caracterizar tal fenômeno por meio de um resgate da história econômica latino-americana e uma rápida análise das condições que permitiram o surgimento de uma provável contra-hegemonia.

Uma breve história de uma grande dependência

A compreensão da história da América fica prejudicada sem a percepção do que ocorria no cenário econômico e político europeu do início da modernidade. A ascensão de uma nova classe – a burguesia –, a formação de Estados absolutistas, uma nova realidade econômica baseada em relações mercantis, são as principais características desse mundo que se configurava. Os descobrimentos de novas terras como as do Novo Mundo fizeram parte de um processo de efervescência e expansão econômica e política européia.

A história do homem nos últimos séculos é, principalmente, a história da expansão da Europa Ocidental, que, ao constituir-se em núcleo de um novo processo civilizatório, se lança sobre todos os povos em ondas sucessivas de violência, de cobiça e de opressão. Nesse movimento, o mundo inteiro foi removido e reordenado segundo os desígnios europeus e na conformidade de seus interesses. Cada povo e até mesmo cada pessoa humana, onde quer que houvesse nascido e vivido, acabou por ser atingido e engajado no sistema econômico europeu e nos ideais de riqueza, de poder, de justiça ou santidade nela inspirados (RIBEIRO, 2007, p.47)

O mercantilismo que se estabelecia na Europa caracterizava-se, em linhas gerais, pelo metalismo, pela interferência estatal na economia etc. A descoberta de terras além do Atlântico foi absolutamente benéfica para os países europeus mercantilistas. Os metais preciosos foram encontrados em um primeiro contato entre europeus e nativos na (futuramente) chamada América espanhola. Isso fez despertar um interesse imediato dos espanhóis para a colonização da região. Os

portugueses – também muito fortes na Europa mercantil – não tiveram tanta sorte, pois não encontraram metais preciosos de pronto, vindo ocorrer tal fato apenas no final do século XVII e no século XVIII. Todavia, os lusitanos exploraram suas terras americanas através da extração de madeira. A necessidade de estabelecer um maior domínio sobre as novas terras fez os ibéricos firmarem na região atividades produtivas mais sólidas. Em relação a isso, pode-se dividir o continente americano em duas regiões, como fez Caio Prado Júnior

Mas podemos, e isto muito interessa no assunto, distinguir duas áreas diversas, além daquela em que se verificou a ocorrência de metais preciosos, em que a colonização toma rumos inteiramente diversos. São elas as que correspondem respectivamente às zonas temperada, de um lado, tropical e subtropical, de outro. (PRADO JÚNIOR, 1994, p.17)

Nas zonas temperadas, o processo de colonização se desenvolveu de uma maneira mais voltada para o povoamento. Questões políticas e ideológicas fizeram com que uma grande quantidade de pessoas se transferisse para a América com intuito de reconstruírem a vida que tinha na Europa. O clima era semelhante ao do Velho Mundo, facilitando a mudança. Nas zonas tropicais, porém, a colonização se baseou na exploração das terras. As condições eram propícias para o desenvolvimento de atividades econômicas que eram lucrativas para o mercado europeu, como por exemplo, a atividade açucareira. Nessa região, a produção direcionou-se para fora. Assim, entre os séculos XVI e XVIII, a realidade da América tropical – a América Latina e sul dos Estados Unidos – era basicamente esta: ceder matéria-prima a suas metrópoles européias. Contudo, desde o final do século XVIII, com a independência dos EUA, e o início do XIX, com as independências latino-americanas, observa-se uma importante mudança na história do continente.

Por volta da década de 1770, as treze colônias inglesas na América começaram um processo que culminou na sua independência. Desde o princípio, as colônias britânicas tiveram certa liberdade em relação a sua metrópole européia. Servindo mais como “escape” de problemas políticos e religiosos do Reino Unido, as colônias do norte desenvolveram uma colonização preocupada mais com o povoamento. As do sul optaram por uma colonização mais voltada para a exploração, admitindo um sistema de *plantation*, trabalho escravo e produção voltada para o exterior.

Como tais colônias gozavam de certa liberdade, houve a formação de uma elite forte e, de alguma maneira, independente, com interesses próprios. Porém, uma guerra com a França por questões territoriais na América foi, talvez, o principal motivo que levou a Inglaterra a rever sua relação com suas colônias do outro lado do atlântico. O conflito incentivou o país anglo-saxão a

cobrar mais impostos e reduzir a liberdade das treze colônias. Assim, a elite norte-americana viu seus interesses feridos. Como era bem estruturada, acabou se voltando contra a metrópole, iniciando um processo que se findou em 1776 com a independência.

Na América Latina, as emancipações ocorreram um pouco mais tarde. Assim como nas colônias inglesas da América, os países latino-americanos tiveram suas independências pensadas e lideradas pela elite local. Contudo, a realidade econômica destes países era diferente da dos EUA. A América Latina, em geral, foi colonizada sob o olhar único da exploração, sua economia era voltada quase que exclusivamente para o exterior e os interesses da aristocracia local também. Logo, os latino-americanos conseguiram independência política, mas não econômica, continuando dependente de grandes potências européias, como a Inglaterra.

As primeiras décadas dos séculos XIX foram marcadas pelo fortalecimento dos EUA como líderes político e econômico da América, desejando fazer desta sua área de influência, já que as forças da Europa repartiam o mundo entre si no início de um período chamado por alguns de “novo imperialismo”. Para confirmar tal influência, o país norte-americano estabeleceu a conhecida Doutrina Monroe (1823) e o Destino Manifesto (década de 1840). Este colocava os americanos em uma posição privilegiada perante a humanidade, algo como representantes de Deus. Eles teriam a função de “salvar” o mundo. A primeira doutrina, por sua vez, pretendia afastar completamente qualquer influência do Velho Mundo na América, estabelecendo uma área de influência. Com o lema de “A América para os americanos”, os EUA tentaram afastar as forças européias da região latino-americana.

Durante todo o século XIX, a “Águia” fortaleceu seu poder econômico e político sobre o restante do continente. Poderio este que se estendeu durante todo o século XX também. Até a década de 1930, ela era muito explícita. Com a crise de 1929, os países da América Latina experimentaram um período de crescimento e mudanças benéficas na economia. A região, em geral, se industrializou e passou a se preocupar mais com questões de desenvolvimento.

A crise da economia capitalista desencadeada em 1929 provocou sobre a América Latina efeitos similares àqueles ressentidos por outros mercados, como a diminuição, em 1932, para um quarto de sua capacidade de importação (...). Entretanto, o que nos países capitalistas avançados configurou-se como fechamento dos mercados e esforço do protecionismo, na América Latina tomou o rumo de um processo de modernização econômica. (CERVO, 2007 p.07)

Após o fim da Segunda Guerra Mundial e início da Guerra Fria, os EUA começaram a se preocupar com uma possível simpatia latino-americana para ideais socialistas. Tal preocupação

aumenta com a Revolução Cubana; um programa de desenvolvimento econômico, promovido pelos governos, protecionista; e uma onda de presidentes socialistas. Isso despertará novamente nos EUA uma necessidade de mostrar sua força política no continente. Os golpes militares das décadas de 1960 e 1970 explicam bem isso. Uma série de governos repressivos foi instalada em quase toda a América Latina, apoiadas pelos EUA. “Apoiada descaradamente pelos EUA, essa repressão venceu principalmente mediante a golpes militares e “eleições” indiretas. (CANO, 2000, p.24).

Crise da dívida

Após um importante período de desenvolvimento econômico, a América Latina entra novamente em um período de crise. O modelo de substituição de importações já não conseguia trazer tanto resultado como antes. Aliado a isso, a região não foi alvo de nenhum plano de desenvolvimento econômico no período da Guerra Fria. Assim, muitos países do terceiro mundo e, principalmente, América Latina, viram-se deparados com a necessidade de buscar empréstimos aos bancos internacionais mais importantes de então. Tais empréstimos foram adquiridos a taxas de juros altíssimas. No fim da década de 1970, o capitalismo entra novamente em crise – causada pelo choque dos preços do petróleo – e a economia do mundo inteiro em recessão. O desequilíbrio econômico desestabiliza os juros que passa a atingir taxas exorbitantes. Os países do Terceiro Mundo não conseguem pagar as dívidas, entrando na famosa “crise da dívida” ou como o historiador inglês Hobsbawm afirma “Décadas de Crise”.

Houve um momento de verdadeiro pânico no início da década de 1980, quando, começando com o México, os grandes devedores latino-americanos não mais puderam pagar, e o sistema bancário ocidental esteve à beira do colapso, pois vários dos maiores bancos tinham emprestado seu dinheiro com tal volúpia na década de 1970 (...) que agora ficariam na bancarrota (HOBSBAWM, 1995, p.412)

Diante de um período de tamanha instabilidade econômica, alguns começaram a propor uma nova forma de administrar a economia. O ideal keynesiano caía por terra. No Chile, o general Pinochet assumia uma política que será chamada de neoliberal e defendida por duas importantes potências mundiais: os EUA, sob a presidência de Reagan e Inglaterra de Thatcher.

O Consenso de Washington e o Neoliberalismo

No último ano da década de 1980, vários intelectuais e economistas se reuniram na cidade de Washington nos Estados Unidos para discutir a situação econômica da América Latina. Em tal reunião, esses acadêmicos decidiram alguns pontos que ajudariam a tirar o continente da crise em que vivia. Foram propostos dez medidas que “salvariam” o continente da crise.

A agenda da avaliação procedida compreendia dez áreas principais: 1. disciplina fiscal; 2. priorização dos gastos públicos; 3. reforma tributária; 4. liberalização econômica; 5. regime cambial; 6. liberalização comercial; 7. investimento direto estrangeiro; 8. privatização; 9. desregulação; e 10. propriedade intelectual. (BRUM, 1998, p.104)

Tais medidas se apresentam como a base da política neoliberal. Elas foram propostas pelo “Consenso” e transformaram-se em medidas exigidas pelos principais bancos e organizações internacionais, credores dos países latino-americanos – FMI e BDI, por exemplo. Assim, os países latino-americanos tiveram que adotar essas medidas.

Em resumo, a proposta neoliberal – feita pelo Consenso de Washington – pode ser vista como desregulamentação e liberalização do mercado e, para isso, uma diminuição ao Estado mínimo. O Estado foi reformado e passa a agir como uma empresa: contendo os gastos e ampliando os ganhos. Tudo, ou quase tudo, ficaria por responsabilidade da iniciativa privada. Porém, o Consenso de Washington não percebeu que a realidade dos países da América Latina não era tão propícia para a aplicação dessas propostas e as conseqüências sociais foram muito altas para a região.

O desajuste social e mudanças políticas na América Latina

Não parece ser difícil perceber que o neoliberalismo não conseguiu trazer à América Latina um proveitoso desenvolvimento social. Muito pelo contrário. A falta de investimentos do Estado na educação, saúde, assistência social promoveu um grande desajuste em vários países do continente.

Os resultados do neoliberalismo na América Latina, apesar dos esforços dos meios de comunicação em só mostrar os aspectos considerados positivos, não podem deixar de serem vistos como modestos, limitados que estão à estabilização monetária e ao equilíbrio fiscal. Miséria crescente, altas taxas de desemprego, tensão social e dificuldades de balanço de pagamentos conformam um quadro de graves problemas que deixam perplexa a burocracia internacional baseada em Washington e angustiados seus seguidores latino-americanos. (BATISTA, 1995, p.131)

Diante disso, percebe-se o surgimento de vários líderes de esquerda – que se denominam ou possuem uma história reconhecidamente de luta – e que se opõe ao domínio estadunidense sobre a América e ao neoliberalismo.

Tais líderes serão divididos, basicamente, em dois grupos – para facilitar o estudo. De um lado, aqueles mais radicais contra a hegemonia dos EUA. Hugo Chávez, Evo Morales, Rafael Correa são alguns exemplos deste grupo. Do outro lado, líderes que foram eleitos claramente como uma forma de rejeição ao neoliberalismo – Luís Inácio da Silva no Brasil e Nestor Kirchner, precedendo sua esposa, na Argentina – mas que tentam agir da forma mais diplomática possível com as forças ditas hegemônicas, ao buscarem meios de se libertarem da dependência destas. A tentativa de ampliarem suas relações comerciais com outros países emergentes é uma reação nesse sentido. Estes países vêm ampliando cada vez mais seus mercados, com isso, admitem uma menor influência dos EUA em suas economias. O primeiro grupo age de forma radical, com uma política externa, inclusive, agressiva.

Por parte do grupo liderado por Chávez, há uma nítida proposta de criação de uma conjuntura econômica e política para a América Latina. A ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas) é a proposta mais ousada nesse sentido.

Novas propostas latino-americanas

A proposta mais evidente em relação a uma contra-hegemonia aos EUA, como dito anteriormente, apresenta-se por parte dos países liderados pelo presidente venezuelano Hugo Chávez. Esta se expressa pela ALBA. Contrapondo-se à ALCA (Área de Livre Comércio entre as Américas), a ALBA tenta promover a integração entre países da América Latina no intuito, pelo menos teoricamente, de promover um maior desenvolvimento e igualdade social entre os países do continente. Para isso, vem formulando maneiras de se proteger ante a influência do mercado externo. Algumas propostas, por exemplo, da criação de um Banco do Sul, integração energética e

de meios de comunicação como a Telesur são mecanismos encontrados pela ALBA para promover a integração dos países membros.

A proposta baseia-se no bolivarianismo, surgido no século XIX com um dos maiores nomes no processo de emancipação da América Latina, Simón Bolívar. Este sonhava em ver uma América unida em uma confederação e livre da dependência. Assim, acreditava na integração política e econômica latino-americana. Colocava-se, automaticamente, em oposição à idéia de “América para os americanos” da Doutrina Monroe, já citada anteriormente.

Bolívar, na sua luta pela independência, concebeu uma América hispânica (e Portuguesa por extensão) independente dos Estados Unidos, cujas origens culturais distintas, poder econômico e ambições expansionistas os apartavam deste projeto libertário. (SANTOS, 1993, p.109).

Acreditando ser uma espécie de substituto de Bolívar, Hugo Chávez resgata essa posição anti-EUA ao apresentar propostas como a da ALBA. Atualmente, a ALBA inclui alguns países como Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua e é, sem dúvida, a proposta mais clara contra a hegemonia dos EUA sobre os latino-americanos.

Além desta, percebe-se outras maneiras de alternativas em relação ao poderio estadunidense, como por exemplo, novas políticas econômicas multilaterais, o aumento da relação Sul-Sul que vem crescendo não só entre os países latino-americanos, mas com a África e Ásia.

Considerações Finais

O que se pode observar, por fim, é que a América Latina, enquanto uma região subjugada durante quase toda sua história, teve importantes movimentos de resistência e tentativa de libertação. Nas últimas décadas, após várias crises, instabilidade econômica e dismantelamento social, os países latino-americanos deram início a uma nova configuração política no continente. O surgimento de vários líderes que têm mostrado uma preocupação em criar uma nova perspectiva econômica, política e social ao continente é uma prova disto.

Líderes de esquerda mostram-se como uma alternativa à política neoliberal que se instalou na América Latina nos últimos anos. Alguns de maneira radical, outros de forma mais moderada, agindo diplomaticamente. Os primeiros, buscando através de propostas de integração latino-americana, tentam criar uma espécie de contra-hegemonia anti-estadunidense. Os segundos, não sendo tão abertamente contra os EUA, tentam, por vias mais moderadas, um pouco de independência frente ao mercado norte-americano, apesar da complexidade, diante da influência econômica (ainda) deste país no continente.

Aliado a isso, o último presidente eleito dos EUA, Barack Obama, tem se mostrado muito mais aberto a conversas com a América Latina e, ao menos teoricamente, demonstra uma preocupação em se aproximar dos países latino-americanos. Sendo assim, a América Latina vive hoje o início de novos tempos. Como será depois? Quanto tempo durará? Isso não se pode responder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: **Em defesa do interesse nacional**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BRUM, Argemiro J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 19ª Edição. Petrópolis- RJ: Vozes, 1998.
- CANO, Wilson. **Soberania e Política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- CERVO, Luiz Amado. **Relações Internacionais da América Latina**: velhos e novos paradigmas. 2ª Ed. Rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2007
- HOBBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000.
- RIBEIRO, Darcy. **As Américas e a Civilização**: processo de formação e causa do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, Theotônio dos. **Economia Mundial**: integração regional e desenvolvimento sustentável. Petrópolis: Vozes, 1993.